

## A INSTALAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS E A INSERÇÃO DE NOVOS AGENTES NO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO – RS\*

Marcelo Cervo CHELOTTI\*\*

Rosângela Aparecida de Medeiros HESPANHOL\*\*\*

**Resumo:** A partir da década de 1990, com a instalação de assentamentos rurais no município de Sant'Ana do Livramento, foram inseridos novos agentes em seu espaço agrário através da reterritorialização de centenas de trabalhadores rurais sem terra. Destaca-se que até o ano de 2002 foram instalados vinte e um assentamentos rurais no município, sendo que dezessete destes foram organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dois pelo Projeto Minha Terra, um pelo Programa Banco da Terra e um reassentamento de colonos posseiros de terras indígenas. Nesse sentido, destaca-se que a maioria dos trabalhadores reterritorializados no município é proveniente de outras regiões do estado, principalmente do extremo norte e, numa menor escala, do próprio município. Portanto, verificou-se que os assentamentos rurais foram capazes de redefinir o papel político e econômico da produção familiar no município em função da introdução de novos agentes em seu espaço agrário.

**Palavras-chave:** Assentamentos Rurais; Reorganização Espacial; Questão Regional; Campanha Gaúcha, Rio Grande do Sul.

---

\*Parte integrante da Dissertação de Mestrado, concluída em março de 2003, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP - campus de Presidente Prudente/SP.

\*\*Professor substituto no Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Mato Grosso/ UNEMAT – campus de Cáceres/MT. E-mail: [mchelotti@bol.com.br](mailto:mchelotti@bol.com.br)

\*\*\*Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia e coordenadora do GEDRA – Grupo de Estudos: Dinâmica Regional e Agropecuária da FCT/UNESP – campus de Presidente Prudente – SP. E-mail: [hspanhol@stetnet.com.br](mailto:hspanhol@stetnet.com.br)

**Resumen:** A partir de la década de 1990, con instalación de asentamientos rurales en el municipio de Sant'Ana do Livramento, fueron incorporados nuevos agentes a través de la reterritorialización de centenas de trabajadores rurales sin tierra. Destaca el hecho que hasta el año 2002 fueron instalados veintidos asentamientos rurales en el municipio, de los cuales dieciseis de estos fueron organizados por el Movimiento de los Trabajadores rurales Sin Tierra (MST), dos por el Proyecto *Minha Terra*, uno por el Programa *Banco da Terra* e un reasentamiento de los *colonos* usufruidores de tierras indígenas. En este sentido, destacamos que la mayoría de los trabajadores reterritorializados en el municipio proviene de otras regiones del estado, principalmente del estado norte y, en menor escala, del propio municipio. Por tanto, verificamos que los asentamientos rurales fueron capaz de redefinir el papel político y económico de la producción familiar en el municipio en función de la introducción de nuevos agentes en su espacio agrario.

**Palabras-clave:** Asentamientos Rurales; Reorganización espacial; Cuestión Regional; Campanha Gaúcha; Rio Grande do Sul

## 1. INTRODUÇÃO

A consolidação das fronteiras entre as terras pertencentes a Portugal e a Espanha tornou-se fundamental para a formação da área que atualmente corresponde ao município de Sant'Ana do Livramento, localizado na Microrregião Geográfica da Campanha Central.

O desenvolvimento da pecuária de corte com caráter extensivo possibilitou a inserção do município na divisão internacional do trabalho no início do século XX por meio da aplicação de capitais ingleses associado à industrialização da carne bovina voltada para a exportação.

Significativas transformações também ocorreram no espaço agrário do município na década de 1970, em função da expansão da modernização da agricultura em direção à Campanha Gaúcha através da inserção da lavoura moderna do arroz irrigado, do cultivo da soja e, também a produção de uvas para a produção de vinhos.

No entanto, no decorrer da década de 1990, verificaram-se novas transformações em seu espaço agrário, na medida em que foram instalados vinte e um (21) assentamentos rurais no município.

Assim, se até o início da década de 1990, desenvolvia-se predominantemente no município a pecuária de corte, alicerçada na bovinocultura e na ovinocultura, além da lavoura do arroz irrigado e da vitivinicultura, com a instalação dos assentamentos rurais começou a haver uma redefinição do papel da produção familiar no âmbito local.

Neste contexto, o trabalho teve como objetivo compreender os mecanismos políticos e econômicos responsáveis pela reorientação geográfica dos assentamentos rurais em direção aos municípios da Campanha Gaúcha, especialmente Sant'Ana do Livramento, bem como o processo de reterritorialização de milhares de trabalhadores sem terra.

## 2. A LUTA PELA TERRA NA CAMPANHA GAÚCHA

Em pleno século XXI, municípios localizados na região da Campanha Gaúcha ainda permanecem com características centenárias, com a existência do espaço latifundiário, herdado das antidas sesmarias, ao mesmo tempo em que foram incorporados novos elementos nesse espaço regional, responsáveis por significativas transformações socioeconômicas, como a expansão da lavoura moderna do arroz irrigado na década de 1970 em áreas de pecuária extensiva e o acirramento da luta pela terra no decorrer da década de 1990.

A Campanha Gaúcha inseriu-se tardiamente no processo de luta pela terra, pois os primeiros conflitos começaram em regiões onde o processo de modernização da agricultura penetrou primeiro, como no norte e noroeste do Rio Grande do Sul.

A maioria dos trabalhadores rurais que foram expulsos do campo via processo de modernização da agricultura, localizavam-se, em grande parte, no noroeste e norte do estado, regiões que desde o início do século XX caracterizaram-se pela expansão de pequenas propriedades rurais, como

resultado do esgotamento das terras e alto crescimento populacional das colônias velhas.

Com o aumento do processo de expulsão no campo promovido principalmente pela inserção da modernização da agricultura, o governo estadual passou a ser pressionado pelos movimentos sociais, em especial pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para a realização de desapropriações de propriedades rurais visando implementar o assentamento desses trabalhadores sem terra.

Aos poucos, os assentamentos rurais permitiram a construção de novas territorialidades no campo, ao mesmo tempo em que introduziram novos modelos de desenvolvimento rural, colocando em evidência a força dos novos sujeitos políticos da questão agrária, através de novas formas de potencialização da produtividade do trabalho e do aumento dos investimentos.

Nesse contexto, há que se destacar que os primeiros assentamentos rurais conquistados pelos trabalhadores rurais na década de 1980, localizavam-se próximos às áreas onde estes foram expropriados, ou seja, nos municípios de Ronda Alta e Rondinha, localizados no extremo norte do estado.

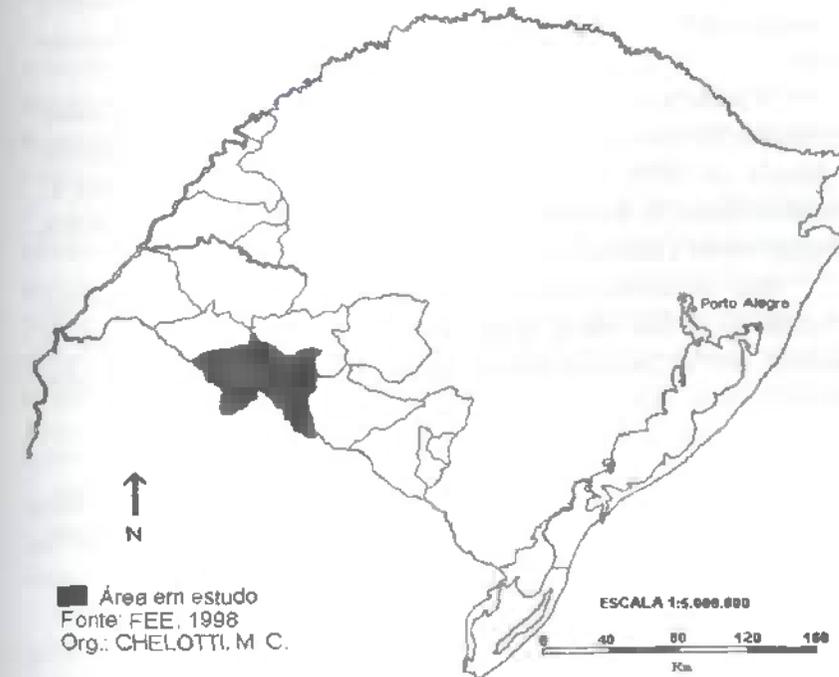
Em meados da década de 1980, notou-se um deslocamento geográfico na implantação dos assentamentos rurais em direção à região central do estado, destacando-se municípios como Cruz Alta, Tupanciretã e Júlio de Castilhos.

Entretanto, no decorrer da década de 1990, verifica-se uma "reorientação geográfica" (NAVARRO, MORAES e MENEZES, 1999) na implementação dos projetos de assentamentos rurais em direção aos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre e para a Campanha Gaúcha<sup>1</sup>. Até então esses projetos restringiam-se ao noroeste e norte do estado, regiões que desde o final da década de 1970 eram marcadas por conflitos fundiários.

A reorientação dos assentamentos rurais em direção aos municípios localizados na Campanha Gaúcha foi impulsionada fortemente pela atuação do MST, na medida em que aparentemente deixaram de existir grandes propriedades a serem adquiridas em outras áreas do estado.

Assim, municípios como Sant'Ana do Livramento (Figura 1), Bagé, Itulha Negra, que historicamente concentraram a posse da terra, serviram de palco para a instalação de assentamentos rurais.

Figura 1— Mapa de localização do Município de Sant'Ana do Livramento na Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense (Campanha Gaúcha)



Para Navarro, Moraes e Menezes (1999) a forte atuação do MST na Campanha Gaúcha encontra-se relacionado à existência de grandes propriedades rurais, sendo que o movimento agiria na região para acelerar o processo de aquisição de terras. Assim, representando para o MST uma região de "ações de pressão" em prol da realização das desapropriações e/ou aquisições de terras com a finalidade de agilizar a reforma agrária.

Nesse sentido, desde o ano de 1997 travaram-se acirrados debates em torno dos índices de lotação da pecuária no Rio Grande do Sul. Isso porque, o índice de lotação da pecuária exigido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para a Campanha Gaúcha, situa-se em torno de 0,8 unidade animal por ha, ou seja, menos de um animal por hectare e, mesmo assim, passou a ser contestado pelos pecuaristas por ser considerado um índice muito elevado, segundo as características regionais.

A vitória das propriedades rurais da Campanha Gaúcha a partir da década de 1990, pelo INCRA devido ao fato de apresentarem baixíssimos índices de lotação pecuária por hectare, atingiu de frente os interesses da classe pecuarista regional, principalmente para aqueles localizados nas proximidades do município de Bagé, principal área de pecuária de corte da região da Campanha Gaúcha.

A partir de então, os fazendeiros passaram a organizar-se para conter tais vitórias. No entanto, o INCRA realizou sucessivas intervenções no decorrer da década de 1990, resultando numa série de desapropriações e, conseqüentemente, na implantação de assentamentos rurais. Com isso o INCRA conseguiu conter a pressão social exercida pelo MST na região.

Mas, as acirradas lutas entre os pecuaristas vinculados à Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), o INCRA e o MST não se esgotaram, pois a Campanha Gaúcha tornou-se foco de pressão da luta pela terra na década de 1990.

Alguns pecuaristas, em muitos casos descapitalizados em relação aos demais setores da economia, ostentam na posse da terra o poder das antigas oligarquias regionais, que num passado remoto foi responsável pelo seu apogeu econômico.

O deslocamento da luta pela terra para a Campanha Gaúcha representou uma das estratégias do MST em conquistar novos territórios de atuação no estado e, conseqüentemente, assegurar seus objetivos de realizar a "reforma agrária" em uma área que representa o cerne do espaço latifundiário no Rio Grande do Sul. E, em relação às demais regiões do estado, a Campanha Gaúcha representava a disponibilidade aparente de terras, provenientes de uma pecuária que, em sua grande maioria, está com a cadeia produtiva desestruturada.

A territorialização da luta pela terra na Campanha Gaúcha consolidou-se na medida em que ocorre o esgotamento aparente de grandes propriedades a serem desapropriadas em outras regiões do estado. Constituindo-se assim, como um espaço de reserva de terra para a realização de futuros assentamentos, como, aliás, faz o INCRA ou o Governo Estadual, ao procuraram comprar ou desapropriar imóveis na região.

Considerando a Campanha Gaúcha como um espaço de reserva de terras para a realização de assentamentos rurais, pode-se constatar que este processo indica, de certa maneira, o esgotamento de terras improdutivas próximas às áreas tradicionais de assentamentos rurais no norte do Rio Grande

do Sul, em função do alto nível de minifundização e a grande presença de empresas capitalistas altamente modernizadas e produtoras de soja e trigo existentes no norte do estado, restringindo fortemente o processo de desapropriação de terras nessa região.

Provavelmente, o esgotamento das terras a serem desapropriadas no norte do estado, deu-se em virtude da introdução do processo de modernização da agricultura em meados da década de 1970, sendo que a maioria dos latifúndios existentes nessa área incorporou e agregou tecnologias, transformando-se em empresas capitalistas produtoras de trigo e soja (BRUM, 1988).

Deve-se considerar que, embora grande parte dos latifúndios do planalto gaúcho tenha incorporado o processo de modernização da agricultura, isso não quer dizer que tal processo não tenha ocorrido na Campanha Gaúcha. A diferença fundamental é que no planalto ocorreu uma maior integração ao complexo agroindustrial, principalmente da soja e do trigo, enquanto que na Campanha, a introdução deu-se através da lavoura orizícola e pela modernização de parte da pecuária de corte.

No entanto, não podemos considerar que nessa região a pecuária seja desenvolvida somente com modelos tradicionais em seu sistema produtivo. O que ocorre é a existência de uma atividade de pecuária desigual, pois os avanços tecnológicos não contemplaram a maioria dos pecuaristas da região.

Assim, verifica-se nos dias atuais na Campanha Gaúcha o predomínio de uma pecuária de corte extensiva, que em alguns casos reproduz relações de produção de cem anos atrás e, por outro, em menor escala, uma pecuária moderna, desenvolvida com alto padrão genético e zootécnico restrito à meia dúzia de cabanhas<sup>2</sup>.

Em relação ao cultivo de lavouras, somente a orizicultura é significativa na região, onde adquiriu relativa importância principalmente após a década de 1970, sendo desenvolvida basicamente em terras arrendadas da pecuária de corte. É uma cultura que emprega tecnologia de ponta, conseguindo obter altos índices de produtividade por área cultivada, embora ocupe menos de 10% da superfície territorial da região<sup>2</sup>.

O latifúndio representa a identidade regional da Campanha Gaúcha, sendo que essa foi construída no simbólico e no imaginário de toda a sociedade, embora a maior fração territorial esteja sob o domínio das grandes propriedades. Todavia, o contingente populacional ocupado nestas propriedades é relativamente pequeno, dada à especificidade de sua produção, ou seja, a pecuária extensiva.

Nesse contexto, as pequenas propriedades são expressivas na região, embora ocupem menos de 15% de toda sua superfície territorial, mas representando numericamente mais de 70% das propriedades rurais da região. As pequenas propriedades, ou seja, aquelas que possuem até 04 módulos rurais<sup>4</sup> também possuem sua atividade econômica alicerçada no desenvolvimento de uma pecuária extensiva e, em menor escala, o cultivo de lavouras somente para consumo interno da propriedade.

De acordo com Fonseca (1994) ocorre uma hegemonia do latifúndio pastoril da Campanha Gaúcha sobre a pequena propriedade. Com isso, a pequena propriedade passou a reproduzir as características da estância, tanto nos meios de produção quanto nos costumes. Para a autora, a pequena propriedade rural é uma reprodução mal acabada, mal feita, da propriedade latifundiária. Sua atividade econômica principal, tal qual na estância pastoril, é a criação extensiva de gado de corte.

Fonseca (1994) ainda desta que o pequeno proprietário de terras da Campanha Gaúcha reproduz no seu imaginário a estância que gostaria de ter e gerenciar, e isso é difundido pelo Centro de Tradições Gaúchas (CTG), que reproduz a ideologia e a dominação da classe latifundiária regional, ou seja, os latifundiários.

Com o processo de territorialização da luta pela terra foram instalados cinquenta assentamentos rurais, concentrando-se em apenas alguns municípios da região, como se pode verificar na tabela 1. (página 31)

Como se verifica na tabela 1, ocorre a concentração de assentamentos, número de famílias assentadas e a área ocupada em apenas dois municípios localizados na Campanha Gaúcha, quais sejam: Sant'Ana do Livramento, com 16 assentamentos e Hulha Negra, com 22 assentamentos.

Esta concentração de assentamentos em determinados municípios ocorreu por influência de diferentes processos políticos, sociais e econômicos. Pode-se citar como exemplo, dois casos bem específicos referentes ao processo de instalação dos assentamentos rurais que ocorreram nos município de Sant'Ana do Livramento e Bagé<sup>5</sup>.

Os assentamentos da região de Bagé (Hulha Negra e Candiota) são fruto de muitas disputas entre o MST e pecuaristas da região. Isso porque, através de sucessivas ocupações, organizando-se em acampamentos, o MST começou a espacializar a luta pela terra na região. Após sucessivos conflitos e negociações entre o INCRA, MST e pecuaristas, surgiram os primeiros

Tabela 1 - Assentamentos rurais, famílias e área ocupada na Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense no ano de 2001

Microrregiões Geográficas	Numero de assentamentos	Número de famílias	Área ocupada (ha)
<b>Campanha Ocidental</b>	<b>6</b>	<b>287</b>	<b>8433</b>
Alegrete	0	0	0
Barra do Quaraí*	-	-	-
Garruchos	1	45	722
Itaqui	0	0	0
Maçambará*	-	-	-
Manoel Viana	1	227	6118
Quaraí	0	0	0
São Borja	4	77	1512
São Francisco de Assis	0	0	0
Uruguaiana	1	15	81
<b>Campanha Central</b>	<b>17</b>	<b>584</b>	<b>14425</b>
Rosário do Sul	0	0	0
Sant'Ana do Livramento	16	493	12951
São Gabriel	1	55	1474
<b>Campanha Meridional</b>	<b>27</b>	<b>1000</b>	<b>22021</b>
Bagé	3	60	1563
Dom Pedrito	2	60	966
Hulha Negra	22	880	19492
Lavras do Sul	0	0	0
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>1871</b>	<b>44879</b>

\* Municípios criados após o ano de 1995

Fonte: INCRA (2001)

Org.: Chelotti, M.C. (2002)

assentamentos na década de 1990. Processo este que continua até os dias atuais, embora de forma menos contundente.

Em Sant'Ana do Livramento, o processo de instalação de assentamentos se deu através da aquisição de vinte e uma (21) propriedades até o ano de 2002 por parte do INCRA e do governo estadual. Com isso não ocorreu nenhum conflito de terra no município desde a instalação dos primeiros assentamentos. Assim, a implantação de assentamentos no município objetivou a contenção dos conflitos por terra que ocorriam na região de Bagé e, também, em outros locais, como em Jóia e Júlio de Castilhos.

Alguns indícios, como as condições edafoclimáticas e disponibilidade de áreas a serem adquiridas, indicam a concentração de assentamentos rurais em determinados municípios em detrimento de outros. Fatores como as condições edafoclimáticas são fundamentais para essa compreensão, embora de forma genérica. Nesta perspectiva de análise, o INCRA e o Governo Estadual,

ao procurarem adquirir áreas para futuros assentamentos, privilegiariam terras mais férteis, localizadas nas proximidades do município de Bagé, possibilitando dessa maneira um melhor desenvolvimento da agricultura familiar.

No entanto, os municípios que possuem um número não expressivo de assentamentos, desenvolvem o cultivo do arroz irrigado, com altíssimos padrões tecnológicos e de produção. Assim, municípios como Dom Pedrito, São Gabriel, Alegrete e Uruguiana estão entre os maiores produtores de arroz irrigado do Rio Grande do Sul.

A organização política dos pecuaristas da Campanha, em contraposição ao MST, tem se configurado como uma estratégia importante para a não realização de vitórias pelo INCRA. A política da FARSUL, através de suas instâncias de poder, tem incentivado a prática combativa às ocupações e realização de assentamentos na região.

Algumas estratégias utilizadas pelos pecuaristas ocorrem no enfrentamento corpo a corpo. Isso significa que, quando o MST está com algum acampamento localizado na região, há toda uma atenção especial voltada para este. Na medida em que ocorre uma ocupação, os pecuaristas organizam-se e se desloca para a área ocupada, realizando protestos contra as ações e atitudes do MST.

A articulação dos pecuaristas chega ao ponto de se realizarem barricadas nas rodovias pelas quais o MST pretende passar ou realizar algum tipo de manifestação. Caso seja detectado algum indício dessas manifestações, os pecuaristas convocam outros pecuaristas, juntamente com seus respectivos empregados rurais para realizarem barricadas, permanecendo no local o tempo que for necessário.

Em contraposição às atividades desenvolvidas pela FARSUL, o MST tem realizado passeatas, convidando os trabalhadores desempregados que residem nas periferias das cidades da região para participarem do processo de luta pela terra. Essa estratégia tem aos poucos mudado o perfil dos sem-terra da região, ou seja, tendo uma maior participação de sem terras da própria região. Isso decorre do fato de que a grande maioria dos colonos assentados na Campanha é proveniente de outras regiões do estado.

No sentido de combater a atuação do MST na região, a FARSUL juntamente com as prefeituras, tem realizado campanhas para o cadastramento de trabalhadores interessados em adquirir terra. Assim, utilizando-se do projeto do governo federal, o Banco da Terra e muitas das prefeituras da região estão engajadas na efetivação desse projeto.

O argumento utilizado pela FARSUL não é contrário aos assentamentos e, sim, quem ocupará os mesmos. Desta maneira é utilizado o discurso de que a terra tem que ser para aqueles trabalhadores sem terra do próprio município, e não de outras regiões do estado. Portanto, está se difundindo na região a denominada "reforma agrária municipalizada", atendendo assim às necessidades de cada município.

Sob outro enfoque, cabe-se ressaltar que as elites locais, compostas principalmente de pecuaristas, se diziam contrárias à instalação de assentamentos na Campanha, pelo fato de não existirem sem-terra na região. No entanto, atualmente reconhecem o projeto do Banco da Terra como a "verdadeira reforma agrária" de que a Campanha necessita.

Nesse contexto, selecionamos o município de Sant'Ana do Livramento, com 170 anos de autonomia político-administrativa e detentor da terceira maior extensão territorial do Rio Grande do Sul (7.001 km<sup>2</sup>), para ser nossa área de estudo, uma vez que, pesquisar toda a Campanha seria quase que impossível, pelo menos nesse primeiro momento.

Nesse sentido, uma indagação surgiu no decorrer das observações empíricas e através da realização das leituras previamente selecionadas: até que ponto o processo de reorientação geográfica dos assentamentos rurais para o município de Sant'Ana do Livramento está possibilitando a reorganização de seu espaço agrário?

Essa foi a premissa que nos orientou no decorrer do trabalho, tendo em vista que existem poucos estudos sobre essa temática, pois se trata de um processo recente, ou seja, da década de 1990 e que está se enfrentando com uma conjuntura política, cultural e econômica enraizada há mais de duzentos anos na Campanha Gaúcha.

### 3. O PROCESSO DE INSTALAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO

A década de 1990 caracterizou-se pela reterritorialização de centenas de famílias de trabalhadores sem-terra em propriedades adquiridas e/ou desapropriadas pelos Governos Federal e Estadual no município de Sant'Ana do Livramento.

Nesse sentido, destaca-se que esses trabalhadores em sua grande maioria são provenientes de outras regiões do Rio Grande do Sul, destacando-se principalmente as Microrregiões Geográficas de Frederico Westphalen e de Cruz Alta, sendo que no município de Sant'Ana do Livramento estabeleceram uma nova vida, criando e recriando seus espaços.

No entanto, até o final do ano de 2002, estava previsto que o município de Sant'Ana do Livramento seria o maior pólo aglutinador de assentamentos rurais do Estado do Rio Grande do Sul, resultado de uma política de assentamentos rurais via "reforma agrária" do governo estadual (1999 - 2002) na gestão de Olívio Dutra. Assim, além dos vinte e um assentamentos existentes, estava prevista a instalação de mais sete (7) assentamentos rurais, em áreas que se encontram em processo de negociação.

Assim, a presença de vinte e um (21) assentamentos rurais no município, não está somente associada ao movimento de luta pela terra organizada pelo MST, que possui 17 assentamentos, ou seja, 80,9% do total, pois existem outros assentamentos em menor número, fruto de outros projetos, como 2 assentamentos do Projeto Minha Terra, que são assentamentos organizados em cooperativas de produção agrícola, de caráter estadual, organizados em meados da década de 1990 e, mais recentemente, no ano de 2001, a organização do primeiro assentamento rural financiado com recursos do governo federal, através do Programa Banco da Terra, a trabalhadores rurais do município de Sant'Ana do Livramento, além de um reassentamento realizado com famílias de posseiros que ocupavam ilegalmente terras da reserva indígena do Toldo da Serrinha, localizado no extremo norte do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, a tabela 2 mostra o número de assentamentos rurais existentes em Sant'Ana do Livramento até o ano de 2002, com os seus respectivos anos de instalação, bem como a área em hectares ocupada, o número de famílias assentadas e, por fim, o órgão responsável pela execução dos projetos.

Tabela 2 Assentamentos Rurais no município de Sant'Ana do Livramento: ano de instalação, área ocupada, número de famílias e órgão responsável pelo assentamento.

Assentamentos	Ano	Área (ha)	Nº de famílias	Órgão responsável
União Rodeense de Colonos	1991	385	18	Governo Estadual
Liberdade no futuro	1991	1.754	67	Incra
Nova Santa Rita	1996	1.044	37	Incra
Apolo	1996	982	35	Incra
Santo Ângelo	1996	481	17	Incra
Bom Será	1996	689	26	Incra
Coqueiro	1996	960	35	Incra
São Leopoldo	1997	1.274	44	Incra
Santa Rita II	1997	693	22	Incra
Posto Novo	1997	670	21	Incra
Recanto	1997	667	23	Incra
Frutinha	1997	562	20	Incra
Capivara	1998	728	26	Incra
Pampeiro	1998	1.120	40	Incra
Cooperativa Figueira	1998	1.185	40	Governo Estadual
Cooperativa Nova Esperança	1998	1.226	40	Governo Estadual
Esperança da Fronteira	1999	588	21	Governo Estadual
Faxina BR 158	2000	555,57	21	Governo Estadual
Madureira	2001	600	23	Governo Federal
BR 158	2001	600	20	Governo Estadual
Seguidores de Che Guevara	2001	250	08	Governo Estadual
<b>Total</b>		<b>17.053,57</b>	<b>583</b>	

Fonte: EMATER/ Escritório Municipal de Sant'Ana do Livramento (2002).  
Org.: Chelotti, M.C. (2002).

Os primeiros assentamentos instalados no município foram União Rodeense de Colonos e Liberdade no Futuro no ano de 1991; em 1996 foram instalados os assentamentos de Nova Santa Rita, Apolo, Santo Ângelo, Bom Será e Coqueiro; o ano de 1997 também seria representativo, pois foram instalados os assentamentos São Leopoldo, Santa Rita II, Posto Novo, Recanto e Frutinha; em 1998 foram instalados os assentamentos Capivara, Pampeiro, Cooperativa Figueira e Cooperativa Nova Esperança; no ano de 1999 foi o de Esperança da Fronteira; no ano de 2000, o Faxina; e no ano de 2001 foram instalados o Madureira, BR 158 e Seguidores de Che Guevara.

De acordo com a tabela 2 percebe-se nitidamente a atuação decisiva do INCRA na desapropriação de propriedades para a realização de assentamentos até o ano de 1998, período no qual se acirraram as lutas pela terra na Campanha Gaúcha, especialmente nas proximidades do município de

Bagé. No entanto, a partir de 1998, ocorre uma maior participação do governo estadual em função da sua política de "reforma agrária" que passou a privilegiar a aquisição de propriedades rurais na região.

As propriedades em que os assentamentos foram instalados até o ano de 2001, em sua grande maioria, encontram-se na média de 500 ha, exceto em seis assentamentos, Liberdade no Futuro (1.759 ha), Nova Santa Rita (1.044 ha), São Leopoldo (1.274 ha) Pampeiro (1.120 ha), Cooperativa Figueira (1.185 ha) e Nova Esperança (1.226 ha). Com isso, constata-se que de maneira geral, os assentamentos no município de Sant'Ana do Livramento não estão sendo instalados em áreas de grandes propriedades. Até mesmo em relação aos assentamentos localizados em propriedades em torno de 1000 ha, seria arriscado dizer tratar-se de grandes propriedades, levando-se em consideração o contexto regional da Campanha Gaúcha, uma vez que a grande concentração de terra encontra-se nos estratos acima de 1000 ha.

Na verdade, a grande propriedade, que concentra historicamente a terra na região, pelo menos no município de Sant'Ana do Livramento, não parece estar sendo transformada em "áreas reformadas" de assentamentos. Portanto, falar em ruptura do "latifúndio" seria um pouco precipitado pelo menos no momento atual, é o que nos parece nesse caso.

O que está ocorrendo parece estar mais associada a uma desestruturação da cadeia produtiva da pecuária extensiva, que afetou diretamente a média propriedade do município, que por estar descapitalizada não possui condições de se manter num processo produtivo dinâmico.

Outro elemento a se destacar, refere-se às áreas nas quais se localizam os assentamentos, pois estes não estão dispostos por toda a extensão territorial do município. Assim, a instalação de assentamentos rurais concentrou-se na porção leste, com predominância de solos areníticos, localizados na província geomorfológica da Depressão Periférica da Bacia do Paraná, nas quais os campos e as condições de fertilidade dos solos são melhores. Na porção oeste do município localizam-se solos mais pobres, com afloramentos rochosos de origem basáltica, província geomorfológica denominada de Cuesta de Haedo (SUERTEGARAY, 1998).

Em uma década de instalação dos assentamentos em Sant'Ana do Livramento, foram se formando áreas com concentração de assentamentos, devido à proximidade dos mesmos. Assim, identifica-se a formação de três

grandes núcleos de assentamentos: o Núcleo Itaquatiá, o Núcleo Faxina e o Núcleo Pampeiro, como se constata na tabela 3.

**Tabela 3 - Núcleos de assentamentos rurais no município de Sant'Ana do Livramento**

Núcleo Itaquatiá	Núcleo Faxina	Núcleo Pampeiro
Santa Rita II	Nova Esperança	Nova Santa Rita
Bom Será	São Leopoldo	Coqueiro
Capivara	Nova Madureira	Pampeiro
Santo Ângelo	N.Sra. da Conceição	Apolo
Seguidores de Che	Figueira	Recanto
Liberdade no Futuro	Esperança da Fronteira	Frutinhas
União Rodeense de Colonos		Posto Novo
Panco da Terra		
<b>8 assentamentos</b>	<b>6 assentamentos</b>	<b>7 assentamentos</b>

Fonte: Trabalho de campo (jan/fev de 2002).  
Org.: Chelotti, M.C. (2002)

O Núcleo Itaquatiá é a área em que foram realizados os primeiros assentamentos. Conta atualmente com oito assentamentos e com mais três áreas em negociação com o governo estadual para a realização de mais assentamentos. Esse é o núcleo de assentamentos mais próximo da cidade de Livramento, em média a 20 km de distância. Os assentamentos localizados nesse núcleo possuem sérias dificuldades de comunicação entre si, devido a pouca e até, às vezes, à inexistência de vias de acesso. Outra característica marcante desse núcleo é o alto índice de teor de areia existentes no solo, sendo conhecido como 'terra de areia'.

O Núcleo Faxina conta com seis assentamentos, mas refere-se a projetos recentes. Dos seis, um trata-se de reassentamento de colonos que ocupavam áreas indígenas no norte do estado, um assentamento do Projeto Minha Terra do governo estadual (1994 -1998) e o restante são assentamentos do MST. Na grande maioria estão situados próximos às principais vias de acesso, como a BR 158 e BR 293, mas estão a uma distância média de 40 km da cidade de Sant'Ana do Livramento. As condições edafoclimáticas são melhores do que as do Núcleo Itaquatiá, possibilitando uma maior exploração no cultivo de lavouras.

O Núcleo Pampeiro, conta com sete assentamentos, com previsão de instalação de mais dois grandes projetos. É o núcleo que está mais distante da cidade (70 Km), têm problemas infra-estruturais, como não acesso à rede de

energia elétrica e falta de vias de acesso para o deslocamento de pessoas e mercadorias. Nesse sentido, é o núcleo que mais carece de infra-estrutura.

Durante a gestão do governador Olívio Dutra (1999-2002), que priorizou uma política de reforma agrária no estado, elegeu-se a denominada Campanha (Metade Sul) como área prioritária para seu programa de assentamentos de trabalhadores rurais. É nesse caso que o município de Sant'Ana do Livramento se insere. Considerando-se os assentamentos já instalados no município, os projetos de assentamentos do governo estadual privilegiaram áreas próximas de rodovias, facilitando assim o desenvolvimento dos futuros assentamentos a serem efetivados.

Nesse sentido, atualmente existem quatro formas distintas de organização de assentamentos rurais no município, destacando-se dezessete (17) assentamentos originários da luta pela terra do MST, dois (2) assentamentos organizados através de Cooperativas do Projeto Estadual Minha Terra, um (1) assentamento do Projeto Banco da Terra e (1) reassentamento de posseiros de terras indígenas do norte do estado.

Com a instalação de vinte e um (21) assentamentos rurais, as primeiras mudanças começam a ocorrer na paisagem local, onde aos poucos, áreas típicas de pecuária de corte extensiva, quase despovoadas, passaram por uma reordenação territorial via inserção de assentamentos rurais, repovoando essas áreas.

Apesar de representarem pouco mais de 1% do território do município de Sant'Ana do Livramento, os assentamentos já são perceptíveis na paisagem local, quebrando a monotonia da paisagem típica do pampa gaúcho. Essas novas paisagens foram se constituindo na medida em que ocorreu a territorialização da luta pela terra no município, sendo mais perceptível ao longo das rodovias, principalmente na BR 158 e BR 293, que dão acesso a Sant'Ana do Livramento.

Logo após a instalação dos assentamentos, novas relações são estabelecidas no local da antiga propriedade pastoril. A primeira refere-se ao caráter de exploração da terra. A propriedade pecuarista adquire um papel extensivo de produção, enquanto que no assentamento a sua exploração é intensiva.

Geralmente localizadas em áreas quase despovoadas, com menos de um habitante por km<sup>2</sup>, as propriedades pecuaristas representam verdadeiros

vazios humanos. Na sua exploração, poucos indivíduos atuam, sendo que dependendo da realidade da propriedade são utilizadas menos de três pessoas no gerenciamento e na criação.

Os assentamentos representam uma reordenação territorial, na medida em que transforma o local. As estradas abertas indicam a verdadeira ocupação. As casas construídas ao longo das estradas internas vão dando uma nova conotação ao local. O florestamento também indica transformações no meio, rompendo com a paisagem tradicional.

Ao longe se verifica que os campos encontram-se recortados, quase como se fosse um xadrez, apresentando as lavouras em seus diferentes estágios de produção. Assim, os assentamentos rurais estão repovoando a Campanha Gaúcha, que em número de população, historicamente sempre foi reduzido.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida alguma a década de 1990 foi marcada por significativas transformações em escala regional no estado do Rio Grande do Sul devido à instalação de assentamentos rurais em áreas típicas de pecuária extensiva na Campanha Gaúcha, especialmente no município de Sant'Ana do Livramento, introduzindo novos atores sociais no espaço agrário regional, ou seja, os "colonos sem terra".

A Campanha Gaúcha, enquanto espaço regional, enfrentou no início da década de 1990 uma considerável crise sócio-econômica como reflexo da abertura da economia brasileira, provocando significativas transformações em determinadas economias regionais, como a da Campanha Gaúcha. Nesse sentido, foram lançadas políticas públicas por parte do governo estadual para o desenvolvimento regional (Reconversul – Programa de Reconversão Econômica do Sul do Rio Grande do Sul), visando à superação da crise econômica verificada nessa região.

No entanto, foi a partir de 1999, que o governo estadual, na gestão de Olívio Dutra – PT (1999-2002) instituiu uma nova política de desenvolvimento regional para o Rio Grande do Sul, especialmente para a Campanha Gaúcha, considerando essa região como prioritária para a realização de sua política de reforma agrária.

Nesse sentido, o município de Sant'Ana do Livramento tornou-se foco para a instalação de assentamentos rurais em áreas adquiridas pelo governo estadual, contando até o ano de 2002 com vinte e um (21) assentamentos rurais, distribuídos entre os projetos realizados tanto pelos governos estadual como federal.

Constatamos que, embora tenham sido instalados vinte e um (21) assentamentos rurais no município, evidencia-se, mais do que nunca, a permanência do espaço latifundiário, verificando-se uma reorganização em seu espaço agrário, via inserção do produtor familiar assentado.

As transformações ocorridas no espaço agrário de Sant'Ana do Livramento na década de 1990 deram-se mais no plano simbólico e imaginário do que numa efetiva 'ruptura' do espaço latifundiário regional. Assim, complexificando ainda mais as relações sociais nesse espaço, na medida em que coexistem, lado a lado, a mudança representada pelos assentamentos rurais e a permanência do espaço latifundiário.

O discurso regional da FARSUL enfatizando a ineficácia do minifúndio na região possui um viés ideológico visando à manutenção do *status quo* do espaço latifundiário pastoril. Isso porque, o que se verifica nos três assentamentos pesquisados em Sant'Ana do Livramento, é um pleno desenvolvimento das unidades de produção, com atividades bastante dinâmicas, até então pouco difundidas no município.

Enfatiza-se que o discurso do MST sob a 'ruptura' do espaço latifundiário regional não condiz com a realidade verificada no município de Sant'Ana do Livramento, pois as propriedades que foram desapropriadas para a instalação dos assentamentos rurais, concentram-se na faixa dos 600 hectares (médias propriedades), ou seja, longe de serem considerados típicos latifúndios pastoris.

Verificou-se, também, uma certa revitalização do mercado fundiário no município, em virtude da necessidade em adquirir propriedades para assentar os colonos 'sem terra' que, dia após dia, passaram a reivindicar um pedaço de terra. Assim, a oferta de terras passou a ocorrer por parte dos médios proprietários, ou seja, a categoria mais atingida pela crise econômica vivenciada em nível regional. A negociação dessas terras favoreceu, por um lado, o Governo Estadual, que pode realizar, embora em parte, sua política de reforma agrária e, por outro, a reprodução dessa categoria de proprietários em outras áreas, com a aquisição de novas propriedades nos municípios vizinhos, na região Centro-Oeste e até mesmo no Uruguai.

Destaca-se que a instalação desses assentamentos intensificou a presença de minifúndios no município, na medida em que os lotes adquiridos pelos colonos assentados não ultrapassam os 30 ha. Assim, levando-se em consideração as características regionais relacionados à estrutura fundiária, em que a pequena propriedade é definida como a que possui até 112 hectares, a dimensão territorial dos lotes torna-se um fator limitante para a consolidação dessa categoria de produtores no município e, conseqüentemente, em toda a Campanha Gaúcha.

Assim, o processo de instalação dos assentamentos rurais no município de Sant'Ana do Livramento, está possibilitando significativas transformações socioeconômicas nas áreas em que foram instalados, visualizando-se assim uma reestruturação produtiva. Com isso, os assentamentos rurais, não só estão representando transformações no âmbito produtivo, mas também na economia local e na esfera política, reorganizando esse espaço fronteiriço.

## 5. BIBLIOGRAFIA

- BENEDETTI, A. C. Na conquista da fronteira: um estudo de caso nos assentamentos rurais de Hulha Negra/RS (Dissertação Mestrado), UFRRJ, 1998.
- BERGAMASCO, S.M.P.P. Ontem e hoje, a difícil realidade dos assentamentos rurais. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, vol 22, n. 3, set/dez 1992.
- BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L.A.C. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996 (Coleção primeiros passos).
- BRUM, A. J. *A modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CAGGIANI, I. *Sant'Ana do Livramento – 150 anos de história*. Prefeitura de Sant'Ana do Livramento, 1990.
- COSTA, R. H. da. *RS: Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988 (Série documental).
- CHELOTTI, M.C.; HESPANHOL, R. A de M. Perspectivas da produção familiar em assentamentos rurais no município de Sant'Ana do Livramento/RS. In: Anais

- do XXII Encontro estadual de Geografia. AGB – FURG – Rio Grande/RS. Maio 2002.
- \_\_\_\_\_. Assentamentos rurais: fortalecendo a produção familiar no município de Sant'Ana do Livramento/RS. In: *Anais do Encontro Nacional de Geógrafos, XIII, 2002*, João Pessoa/PB, AGB, CD-ROOM.
- FERNANDES, B.M. *A formação do MST no Brasil*. Ed. Vozes: Petrópolis, 2000a.
- \_\_\_\_\_. Movimento social como categoria geográfica. *Terra Livre*, São Paulo, n.15, p. 59-85, 2000b.
- FERRANTE, V. L. B. Assentamentos rurais x dinâmica regional: impactos e tensões. *Retratos de Assentamentos*. Cadernos de Pesquisa. Araraquara, Ano IV, n. 8, 2000.
- FONSECA, V. F. da S. A hegemonia do latifúndio pastoril e sua relação com a pequena propriedade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. (Dissertação Mestrado), UFSM, 1994.
- GUANZIROLI, C. et al *Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília. Projeto de cooperação INCRA/FAO, 1999.
- HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Territórios alternativos*. Niterói: EDUFF, São Paulo: Contexto, 2002.
- HEIDRICH, A.L. *Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2001.
- LOVATTO, P. A et al Assentamentos na fronteira do Rio Grande do sul: a experiência de Candiota e Hulha Negra. In: EMATER/RS. *Relatório semestral de atividades desenvolvidas pelo escritório de Hulha Negra*. Hulha Negra: EMATER/RS, 1994. (Mimeo.)
- MEDEIROS, L.S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- \_\_\_\_\_. L.S. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical São Paulo em perspectiva, 11 (2), 1997.

- MEDEIROS, L.; LEITE, S. *Perspectivas para análise das relações entre assentamentos rurais e região*. Disponível em :< [www.dataterra.org.br](http://www.dataterra.org.br)> . Acesso em: 20 out. 2001.
- NAVARRO, Z. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul/Brasil 1978-1990. In NAVARRO, Z. (Org.) *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1996.
- NAVARRO, Z.; MORAES, M.S.; MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. (Orgs.) *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universitária/UFRGS/CPDA, 1999.
- PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- RIEDL, M.; NAVARRO, Z. S. Reforma Agrária na Região Sul. In SCHMIDT, B.V.; MARINHO, D.N.C., ROSA, S.L.C. (Orgs) *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Ed. da UNB.
- SOUZA FILHO, F.R. As transformações no espaço agrário "sul-rio-grandense" pós 60. *Cadernos de Sociologia*. UFRGS/Porto Alegre, Número especial, outubro de 1994.
- SÓRIO JR, H. *A ciência do atraso: índices de lotação pecuária no Rio Grande do Sul*. 2ª edição. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.
- SUERTEGARAY, D. M. *Deserto grande do sul: controvérsia*. 2ª edição. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.
- THOMAZ JR., A. *Desenho societal dos sem terra no Brasil*. FCT/UNESP, 2001a (mimeo).
- WHITAKER, D. A; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de reforma agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, ano VI, nº 8, 2000.
- ZAMBERLAM, J.; FLORÃO, S.R. Impactos dos assentamentos na economia de 4 municípios da região de Cruz Alta. In GÖRGEN, S; STÉDILE, J.P. (Orgs) *Assentamentos a resposta econômica para a reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1992.

## Notas

---

<sup>1</sup> Costa (1998) definiu a Campanha Gaúcha como uma área de predominância do latifúndio com uma forte identidade regional. Para o IBGE, a Campanha Gaúcha refere-se ao sudoeste gaúcho. No entanto, em função da mesma formação socioespacial, pode-se denominar de Campanha todo o espaço com predomínio do latifúndio pastoril, ou seja, toda a porção sul do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> As cabanhas são propriedades rurais especializadas na criação de ovinos ou de bovinos, desenvolvendo uma pecuária altamente moderna, geralmente vinculada à produção de matrizes e reprodutores, com alto padrão genético e zootécnico.

<sup>3</sup> No entanto, isso não significa que não ocorra o desenvolvimento de outros cultivos, como é o caso da soja, milho e sorgo, mas não possuem uma grande representatividade tanto em área cultivada quanto em produção. Destaca-se também, que nos últimos anos a fruticultura tem se inserido intensamente na região.

<sup>4</sup> Segundo o INCRA, um módulo rural na Campanha Gaúcha corresponde a 28 hectares, assim, a pequena propriedade na região possui até 112 hectares.

<sup>5</sup> Do município de Bagé desmembraram-se dois novos municípios no início da década de 1990, Hulha Negra e Candiota e que atualmente se constituem nos maiores focos de assentamentos do Rio Grande do Sul.

Recebido para publicação em 31 de março de 2003.